COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº4.696, DE 1998 **(Apenso: Projeto de Lei nº 4.814, de 1998)**

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre execução na Justiça do Trabalho.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relatora: Deputada SANDRA ROSADO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, visa alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a execução trabalhista.

Nesse sentido, começa por acrescentar parágrafos ao art. 877 da CLT para estabelecer que a competência da Justiça do Trabalho para a execução do crédito trabalhista exclui a de qualquer outro juízo, inclusive o da falência, da concordata e da liquidação, não sendo a cobrança judicial do crédito trabalhista sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata ou liquidação.

Diante dessa alteração, o Projeto modifica também a redação do art. 768 da CLT, a fim de, adequando-o à nova norma, dar preferência, em todas as fases processuais, ao dissídio cuja decisão tiver de ser executada contra massa falida.

No que diz respeito à responsabilidade pelo pagamento do que é devido ao trabalhador, a proposta acrescenta à CLT o art. 883-A, dispondo que, quando não forem encontrados bens da sociedade, ou forem

insuficientes os bens localizados, responderão solidariamente com a pessoa jurídica os sócios gerentes e os administradores das sociedades por ações, inclusive os que o tiverem sido desde a propositura da ação.

Nos termos do art. 883-B, também acrescentado pelo Projeto à CLT, a ação rescisória não impede a liquidação e a execução definitiva do julgado que se pretende, no processo trabalhista, rescindir, mas a sua procedência, pendente de recurso, suspende automaticamente a execução em andamento, até decisão final, quanto aos atos que importem alienação de domínio.

Na nova redação proposta para o art. 878 da CLT, o Projeto estabelece que, quando se tratar de decisão dos Tribunais Regionais, ou do Tribunal Superior do Trabalho, a execução poderá ser promovida pelo Ministério Público do Trabalho.

Dispõe-se, ademais, no mesmo artigo, que prescreve em dois anos o direito de promover a execução ou a liquidação da sentença, contados da data em que se esgotou o prazo para o exequente praticar ato indispensável ao prosseguimento da execução, salvo motivo justificado.

A proposição também altera a redação do § 1º do art. 39 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, para estabelecer que, a partir do trânsito em julgado da sentença, ou do descumprimento de obrigação prevista no acordo, os débitos trabalhistas não satisfeitos serão acrescidos de juros de mora de dois por cento ao mês.

Por fim, o Projeto acrescenta inciso ao art. 31 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir, no rol dos documentos relativos à qualificação econômico-financeira para habilitação nas licitações, a certidão negativa de execução trabalhista em caráter definitivo, expedida pela Justiça do Trabalho.

Foi apensado à proposição principal o Projeto de Lei nº 4.814, de 1998, da autoria do Deputado Nilson Gibson, que *regula o processo e os procedimentos de execução na Justiça do Trabalho e dá outras providências*.

O Projeto apensado revoga o Capítulo V do Título X da CLT e dispõe, em mais de cinquenta artigos, sobre todos os aspectos da

execução trabalhista, reproduzindo, em grande parte, o que já estabelece o texto vigente da CLT.

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), o Deputado Paulo Paim apresentou três emendas ao PL nº 4.696, de 1998:

- a Emenda nº 001/98-CTASP, que visa suprimir, do art. 1º do Projeto, o art. 883-B da CLT;

- a Emenda nº 002/98-CTASP, que suprime, no art. 2º do Projeto, o § 2º do art. 878 da CLT; e

- a Emenda nº 003/98-CTASP, que dá nova redação ao § 5º do art. 825-H da CLT.

Acatando parecer do Relator, Deputado Luiz Antonio Fleury, a CTASP aprovou o Projeto de Lei nº 4.696, de 1998, com Substitutivo, rejeitou o Projeto de Lei nº 4.814, de 1998, e as Emendas nºs 01 e 02/98-CTASP e considerou prejudicada a Emenda nº 03/98-CTASP.

No Substitutivo aprovado pela CTASP, além de pequenas adequações visando à técnica legislativa, destacam-se as seguintes alterações de mérito em relação ao PL nº 4.696, de 1998:

a) o Substitutivo estabelece que é inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente, ao contrário do projeto original, que dispõe que em dois anos prescreve o direito de promover a execução ou a liquidação da sentença, contados da data em que se esgotou o prazo para o exequente praticar ato indispensável ao prosseguimento da execução;

b) de acordo com o Substitutivo, poderá ser suspenso o curso da execução, de ofício pelo juiz ou a requerimento do exequente, caso não seja localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, sendo assegurado ao exequente prazo de cinco dias para manifestar-se;

c) o Substitutivo dispõe também que, decorrido o prazo de um ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos, sem baixa na distribuição, mas, encontrados que sejam, a qualquer tempo, o devedor ou os seus bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução;

d) por fim, o texto da CTASP acrescenta à CLT o art. 883-B, que autoriza o juiz a declarar a nulidade dos atos jurídicos pelos quais o executado, após o ajuizamento da ação, tenha ocultado, de alguma forma, seu patrimônio, utilizando-se, mediante aquisição ou transferência de bens, de uma outra personalidade jurídica, de qualquer natureza.

As proposições vêm a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para análise de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e também para apreciação do mérito, conforme despacho da Presidência da Câmara dos Deputados, exarado em 27 de maio de 2004.

Nesta Comissão, foram apresentadas as seguintes emendas ao PL nº 4.606, de 1998, e ao Substitutivo da CTASP:

Emenda	Autor	Teor
EMC 1/04 CCJC	Dep. Paes Landim	Dá a seguinte redação ao <i>caput</i> do art. 883-A da CLT: <i>Art. 883-A. Quando não encontrados bens da sociedade ou insuficientes os localizados para responder pelo título executivo, são também sujeitos passivos da execução trabalhista, solidariamente com a pessoa jurídica, por atos praticados em violação à lei, ao contrato, ao estatuto, em fraude ou com dolo, assim declarados por ato do Juiz da causa.</i>
EMC 2/04 CCJC	Dep. Paes Landim	Dá a seguinte redação ao § 3º do art. 883-A da CLT: <i>§ 3º Quando citado o executado, verificar-se-á quaisquer das situações previstas no caput e, não cumprido o previsto no § 2º, proceder-se-á à citação dos responsáveis solidários para que, em quarenta e oito horas, paguem, depositem ou indiquem bens livres e desembaraçados da empresa, respondendo pelo prosseguimento da execução caso não o façam. Garantido o juízo e ciente os responsáveis pelo ato fraudulento, estes poderão opor embargos à execução, no prazo de cinco dias.</i>
EMC 3/04 CCJC	Dep. Paes Landim	Dá a seguinte redação ao art. 883-C da CLT: <i>Art. 883-C. No processo trabalhista, a ação rescisória não impede a liquidação e a execução definitiva do</i>

Emenda	Autor	Teor
		<i>julgado que se pretende rescindir, mas a sua procedência, pendente de recurso, suspende automaticamente a execução em andamento, até decisão final, quanto aos atos que importem alienação de domínio, salvo a hipótese de decisão judicial em contrário.</i>
EMC 4/04 CCJC	Dep. Paes Landim	Dá a seguinte redação ao § 2º do art. 878 da CLT: § 2º <i>Aplica-se na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente, entendendo-se como tal, a inércia do exequente, por mais de dois anos, na fase de execução do processo, após ser devidamente notificado pelo Juiz para fazê-lo.</i>
EMC 5/04 CCJC	Dep. Paes Landim	Suprime o § 3º do art. 878 da CLT.
EMC 6/04 CCJC	Dep. Paes Landim	Suprime o § 4º do art. 878 da CLT.
EMC 7/04 CCJC	Dep. Paes Landim	Suprime o § 5º do art. 878 da CLT.
EMC 8/04 CCJC	Dep. Paes Landim	Suprime o § 6º do art. 878 da CLT.
EMC 9/04 CCJC	Dep. Paes Landim	Dá a seguinte redação ao § 1º do art. 39 da Lei nº 8.177, de 1991: § 1º <i>Aos débitos trabalhistas constantes de condenação pela Justiça do Trabalho ou decorrentes dos acordos feitos em reclamatória trabalhista, quando não cumpridos nas condições homologadas ou constantes do termo de conciliação, serão acrescidos, nos juros de mora previstos no caput, juros de um por cento ao mês, contados do ajuizamento da reclamatória e aplicados pro rata die, ainda que não explicitados na sentença, ou termo de conciliação. A partir da ocorrência de ato atentatório à dignidade da Justiça, previsto no art. 600, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, assim declarado pelo Juiz da causa, o percentual de juros será de dois por cento.</i>
EMC 10/04 CCJC	Dep. Paes Landim	Suprime o inciso IV do art. 31 da Lei nº 8.666, de 1993.
EMC 11/04 CCJC	Dep. Max Rosenmann	Dá a seguinte redação ao § 1º do art. 39 da Lei nº 8.177, de 1991: § 1º <i>Aos débitos trabalhistas constantes de condenação pela Justiça do Trabalho ou decorrentes dos acordos feitos em reclamatória trabalhista, quando não cumpridos</i>

Emenda	Autor	Teor
		<i>nas condições homologadas ou constantes do termo de conciliação, serão acrescidos juros, segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. Essa taxa será duplicada a partir da data em que se esgotar o prazo, previsto no artigo 880 da CLT, sem o respectivo pagamento ou o oferecimento de garantia da execução, na forma da lei.</i>
EMC 1/14 CCJC	Dep. Júlio Delgado	Suprime o inciso IV do art. 31 da Lei nº 8.666, de 1993.
EMC 2/14 CCJC	Dep. Júlio Delgado	Dá a seguinte redação ao § 2º do art. 878 da CLT: § 2º <i>O Juiz decretará a prescrição intercorrente quando o exequente, por 02 (dois) anos, não praticar ato de responsabilidade exclusivamente sua, do qual dependa a continuidade da execução.</i>
EMC 3/14 CCJC	Dep. Júlio Delgado	Dá a seguinte redação ao art. 878 da CLT: <i>Art. 878. A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou ex officio pelo próprio Juiz ou Presidente ou Tribunal competente, nos termos do artigo anterior.</i> § 1º <i>Quando se tratar de decisão dos Tribunais Regionais do Trabalho, ou do Tribunal Superior do Trabalho, a execução poderá ser promovida pelo Ministério Público do Trabalho.</i> § 2º <i>O Juiz decretará a prescrição intercorrente quando o exequente, por 02 (dois) anos, não praticar ato de responsabilidade exclusivamente sua, do qual dependa a continuidade da execução.</i> § 3º <i>Poderá ser suspenso o curso da execução, de ofício pelo juiz ou a requerimento do exequente, caso não seja localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora.</i> § 4º <i>Antes da suspensão da execução de ofício, ao exequente assegurar-se-á o prazo de 5 (cinco) dias para manifestar-se.</i> § 5º <i>Decorrido o prazo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o juiz</i>

Emenda	Autor	Teor
		<i>ordenará o arquivamento dos autos, sem baixa na distribuição.</i>
EMC 4/14 CCJC	Dep. Júlio Delgado	Dá a seguinte redação ao art. 878-A: <i>Art. 878-A. O juiz, de ofício ou a requerimento da parte exequente, pode suspender a execução, nas hipóteses de não ser localizado o devedor ou não serem encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora.</i> <i>§ 1º A suspensão da execução de ofício dependerá de prévia intimação do exequente para que, em dez dias, forneça ao Juízo elementos para prosseguimento da execução.</i> <i>§ 2º Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos, sem baixa na distribuição.</i> <i>§ 3º Os requerimentos, formulados pelo exequente, indeferidos pelo juiz por falta de objetividade não modificarão ou reabrirão o prazo de suspensão.</i>
EMC 5/14 CCJC	Dep. Júlio Delgado	Suprime a alteração ao § 1º do art. 39 da Lei nº 8.177, de 1991.
ESB 1/ 04	Dep. Maurício Rands	Suprime os §§ 3º a 6º do art. 878 da CLT.
ESB 2/ 04	Dep. Maurício Rands	Acrescenta à CLT o art. 878-B, com a seguinte redação: <i>Art. 878-B O juiz, de ofício ou a requerimento da parte exequente, pode suspender a execução, nas hipóteses de não ser localizado o devedor ou não serem encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora.</i> <i>§ 1º Durante o período de suspensão não corre qualquer prazo de prescrição.</i> <i>§ 2º Será concedido prazo de cinco dias, antes da suspensão de ofício, para que o exequente apresente elementos para o prosseguimento da execução.</i> <i>§ 3º Decorrido o prazo de um ano sem que seja localizado o devedor ou bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos, sem baixa na distribuição.</i>

Emenda	Autor	Teor
		<i>§ 4º Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução a qualquer tempo em que sejam encontrados ou o devedor ou bens penhoráveis.</i>
ESB 3/ 04	Dep. Maurício Rands	Dá a seguinte redação ao § 1º do art. 39 da Lei nº 8.177, de 1991: <i>§ 1º Aos débitos trabalhistas constantes de condenação pela Justiça do Trabalho ou decorrentes dos acordos feitos em reclamatória trabalhista, quando não cumpridos nas condições homologadas ou constantes do termo de conciliação, serão acrescidos juros, segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. Essa taxa será duplicada a partir da data em que se esgotar o prazo, previsto no art. 880 da CLT, sem o respectivo pagamento.</i>
ESB 4/ 04	Dep. Maurício Rands	Suprime os §§ 1º e 2º do art. 877 da CLT.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

As proposições sob análise não apresentam entraves quanto à constitucionalidade ou à juridicidade. Os problemas relativos à técnica legislativa não comprometem sua tramitação e são corrigidos nesta oportunidade.

No mérito, observamos que dar maior eficácia à execução trabalhista é o objetivo do Projeto de Lei nº 4.696, de 1998, do Poder Executivo, o que é feito por meio de diferentes medidas, conforme consta da Exposição de Motivos: *a responsabilização dos administradores e sócios das empresas executadas laboralmente, a não atração do juízo de falência, a promoção da execução pelo Ministério Público, a incidência de juros de mora pelo descumprimento de acordos homologados, a exigência de certidão negativa da Justiça do Trabalho para concorrência em licitações.*

O Substitutivo da CTASP manteve o espírito do projeto original, com algumas alterações.

Passamos, então, a apreciar cada um dos aspectos abordados pelo Projeto de Lei nº 4.696, de 1998, e pelo texto da CTASP, analisando conjuntamente o Projeto, o Substitutivo e as emendas apresentadas na CTASP e na CCJC.

Tratando inicialmente da falência, observamos que, lamentavelmente, o longo tempo de tramitação do Projeto fez com que a proposta ficasse desatualizada. Observamos que, nos termos da nova Lei de Falências e Recuperação Judicial (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005), os créditos trabalhistas deixaram de ter privilégio absoluto. Conforme dispõe o art. 83, incisos I e VI, alínea “c”, dessa Lei, são privilegiados os créditos derivados da legislação do trabalho até o limite de 150 salários mínimos por credor. Os saldos que excederem esse limite são, atualmente, considerados créditos quirografários.

Dessa maneira, entendemos que a nova legislação tornou inviável a proposta, pois seria muito difícil atribuir à Justiça do Trabalho a competência de executar créditos classificados diferentemente na ordem e preferência na falência, uma vez que entre eles há diversas outras classes de créditos cuja execução compete ao juízo da falência. Também não seria recomendável executar parte da sentença na Justiça do Trabalho e a outra parte no juízo da falência. Acata-se, portanto, a Emenda ao Substitutivo 4/04, que suprime os §§ 1º e 2º do art. 877 da CLT, acrescidos pelo artigo 1º do Substitutivo.

Deixa, assim, de ser necessária a alteração no art. 768 da CLT, feita pelo art. 2º do Substitutivo (e também pelo art. 2º do Projeto), razão pela qual esse dispositivo deve ser suprimido, o que fazemos por meio de emenda de redação.

O Projeto também renumera o atual parágrafo único do art. 878 da CLT para § 1º, dispondo sobre a promoção da execução pelo Ministério Público. Trata-se de alteração necessária, não só para atualizar a lei, que ainda se refere à Procuradoria da Justiça do Trabalho, como também para ampliar sua abrangência, incluindo na competência do Ministério Público também a execução de decisões do Tribunal Superior do Trabalho.

O Projeto nº 4.696, de 1998, e o Substitutivo da CTASP divergem ao dispor sobre a prescrição. Conforme o Projeto, *prescreve em dois*

anos o direito de promover a execução ou a liquidação da sentença, contados da data em que se esgotou o prazo para o exequente praticar ato indispensável ao prosseguimento da execução, salvo motivo justificado.

O Substitutivo, por sua vez, estabelece que *é inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente*, o que significa dizer que não se inicia nova contagem de prazo prescricional durante o processo, ainda que não haja manifestação do interessado.

Em vista do caráter protetivo do Direito do Trabalho, entendemos que o Substitutivo atende melhor ao interesse público, razão pela qual, neste aspecto, nossa opção é pelo texto aprovado pela CTASP.

Dessa maneira, acatamos a Emenda 2/98 CTASP e rejeitamos as Emendas 2 e 3/14 CCJC.

O Substitutivo também dispõe, nos §§ 3º a 6º do art. 878, sobre a suspensão e o arquivamento do processo, medida não prevista no Projeto. Estamos de acordo com essa previsão, que não traz nenhum prejuízo ao trabalhador, uma vez que não há baixa na distribuição e se forem localizados, a qualquer tempo, o devedor ou seus bens, a execução retomará seu curso.

Rejeitamos, assim, as Emendas 5, 6, 7 e 8/04 CCJC e a Emenda ao Substitutivo 1/04.

Ainda tratando da suspensão do processo, observamos que o Substitutivo da CTASP repete, no art. 878-A, o mesmo texto que propõe para os §§ 3º a 6º do art. 878. Tendo em vista claro erro material, apresentamos emenda de redação para suprimir a alteração feita no art. 878-A do Substitutivo. Isso também nos leva a rejeitar a Emenda 4/14 CCJC e a Emenda ao Substitutivo 2/04.

No tocante à responsabilização dos administradores e sócios, estamos de acordo com a redação proposta para o art. 883-A. Assim, rejeitamos as Emendas 1 e 2/2004 CCJC, que exigem a ocorrência de fraude ou dolo nos atos a que se refere o *caput* do art. 883-A. Em nosso entendimento, é suficiente o que dispõem o Projeto e o Substitutivo, ou seja, que se trate de atos praticados em violação à lei, ao contrato ou ao estatuto.

Apresentamos, contudo, emenda de redação a fim de adequar à técnica legislativa a redação proposta para o § 3º do art. 883-A.

Consideramos, outrossim, que o art. 883-B, acrescido à CLT pelo Substitutivo (inexistente no Projeto), complementa a proteção prevista no art. 883-A, devendo, portanto, ser mantido. Trata-se de prever meios para evitar que o patrimônio do devedor seja ocultado, mediante aquisição ou transferência de bens, de uma outra personalidade jurídica.

A última alteração feita na CLT é a inclusão do art. 883-C pelo Substitutivo (dispositivo que no Projeto é numerado como art. 883-B), o qual trata da não suspensão da execução em razão de ação rescisória. Como ocorreu no caso da falência, esta matéria também foi superada pela nova legislação. Conforme dispõe o art. 489 do Código de Processo Civil (CPC), com a redação dada pela Lei nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, *o ajuizamento da ação rescisória não impede o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo, ressalvada a concessão, caso imprescindíveis e sob os pressupostos previstos em lei, de medidas de natureza cautelar ou antecipatória de tutela.*

Consideramos adequada a redação do dispositivo acima, que é também aplicado ao processo trabalhista, e tecnicamente inapropriada a simples repetição do texto na CLT. Diante disso, acatamos a Emenda 1/98 CTASP e rejeitamos a Emenda 3/04 CCJC.

O Projeto altera, ainda, a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, dando nova redação ao § 1º do art. 39 para estabelecer que, a partir do trânsito em julgado da sentença, ou do descumprimento de obrigação prevista no acordo, são devidos juros de mora de dois por cento ao mês. Entendemos ser justa e razoável a proposta, que visa evitar a procrastinação indevida do pagamento que é devido ao trabalhador. O texto proposto necessita, contudo, de adequação à melhor técnica legislativa, razão pela qual apresentamos emenda de redação para este dispositivo.

Rejeitamos, portanto, as Emendas 9/04, 11/04 e 5/14 CCJC e a Emenda ao Substitutivo 3/04.

A última medida contida nas propostas é o acréscimo do inciso VI ao art. 31 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir a certidão negativa de execução trabalhista na documentação relativa à qualificação econômico-financeira para a licitação. Trata-se, mais uma vez, de matéria superada pela legislação posterior à apresentação do Projeto, uma vez que a Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, instituiu a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a incluiu entre os documentos exigidos para habilitação na licitação.

Assim, acatamos as Emendas 10/04 e 1/14 CCJC e suprimimos a alteração feita pelo art. 6º do Substitutivo (art. 5º do Projeto).

Ainda tratando do Substitutivo da CTASP, apresentamos mais uma emenda de redação a fim de corrigir-lhe a ementa, que, incompleta, refere-se apenas à CLT, omitindo-se quanto às alterações promovidas na Lei nº 8.177, de 1991.

No que diz respeito ao Projeto de Lei nº 4.814, de 1998, entendemos que se trata de alteração que não segue a melhor técnica, contrariando mesmo a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, ao pretender retirar da CLT os dispositivos que tratam da execução trabalhista, regulando-a em legislação autônoma.

Ademais, a proposta em pouco avança, visto que repete, em grande medida, o que já vigora em nosso ordenamento jurídico.

Por fim, devemos rejeitar também a Emenda 3/98 CTASP, que, conforme a correta análise feita naquela Comissão, foi aparentemente *apresentada com erro de indicação do projeto a que se refere, eis que o PL 4696/98 não acrescenta à CLT o dispositivo legal indicado.*

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das proposições, na forma das emendas anexas, e, no mérito, somos pela:

a) aprovação do Projeto de Lei nº 4.696, de 1998, na forma do Substitutivo da CTASP, com as emendas anexas, e das Emendas 1 e 2/98 CTASP, 10/04 e 1/14 CCJC, e da Emenda ao Substitutivo 4/04;

b) rejeição do Projeto de Lei nº 4.814, de 1998, e das Emendas 3/98 CTASP, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 11/04 e 2, 3, 4, e 5/14 CCJC e das Emenda ao Substitutivo 1, 2, e 3/04.

Sala da Comissão, em   de   de 2014.

Deputada SANDRA ROSADO
Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO DA CTASP AO PROJETO DE LEI Nº 4.696, DE 1998

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre a execução na Justiça do Trabalho.

EMENDA DE REDAÇÃO

Dê-se à ementa do Substitutivo da CTASP ao Projeto de Lei nº 4.696, de 1998, a seguinte redação:

“Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, para dispor sobre a execução trabalhista.”

Sala da Comissão, em   de   de 2014.

Deputada SANDRA ROSADO
Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO DA CTASP AO PROJETO DE LEI Nº 4.696, DE 1998

Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre a execução na Justiça do Trabalho.

EMENDA DE REDAÇÃO

Dê-se ao § 3º do art. 883-A, incluído na Consolidação das Leis do Trabalho pelo Substitutivo da CTASP ao Projeto de Lei nº 4.696, de 1998, a seguinte redação, acrescentando-se ao mesmo artigo o seguinte § 4º:

“Art. 883-A. ....

.....

§ 3º Quando, citado o executado, verificar-se quaisquer das situações previstas no caput e, não cumprido o previsto no § 2º deste artigo, proceder-se-á à citação do responsável solidário para que, em 48 (quarenta e oito) horas, pague, deposite ou indique bens livres e desembaraçados da empresa, respondendo pelo prosseguimento da execução caso não o faça.

§ 4º Garantido o juízo e ciente o responsável solidário, este poderá opor embargos à execução no prazo de cinco dias.”

Sala da Comissão, em   de   de 2014.

Deputada SANDRA ROSADO
Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO DA CTASP AO PROJETO DE LEI Nº 4.696, DE 1998

Acrescenta dispositivos à
Consolidação das Leis do Trabalho,
dispondo sobre a execução na Justiça do
Trabalho.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 2º do Substitutivo da CTASP ao Projeto
de Lei nº 4.696, de 1998.

Sala da Comissão, em   de   de 2014.

Deputada SANDRA ROSADO
Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO DA CTASP AO PROJETO DE LEI Nº 4.696, DE 1998

Acrescenta dispositivos à
Consolidação das Leis do Trabalho,
dispondo sobre a execução na Justiça do
Trabalho.

EMENDA DE REDAÇÃO

Suprima-se o art. 4º do Substitutivo da CTASP ao Projeto
de Lei nº 4.696, de 1998.

Sala da Comissão, em   de   de 2014.

Deputada SANDRA ROSADO
Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO DA CTASP AO PROJETO DE LEI Nº 4.696, DE 1998

Acrescenta dispositivos à
Consolidação das Leis do Trabalho,
dispondo sobre a execução na Justiça do
Trabalho.

EMENDA DE REDAÇÃO

Dê-se ao § 1º do art. 39 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, alterado pelo art. 5º do Substitutivo da CTASP ao Projeto de Lei nº 4.696, de 1998, a seguinte redação:

“Art. 39. ....

§ 1º Aos débitos trabalhistas constantes de condenação pela Justiça do Trabalho ou decorrentes dos acordos feitos em reclamação trabalhista, quando não cumpridos nas condições homologadas ou constantes do termo de conciliação, serão acrescidos, nos juros de mora previstos no caput os seguintes juros, ainda que não explicitados na sentença ou termo de conciliação:

I – juros de um por cento ao mês, contados do ajuizamento da reclamação e aplicados pro rata die;

I – juros de dois por cento ao mês, a partir do trânsito em julgado da sentença, ou do descumprimento de obrigação prevista no acordo, aplicados pro rata die.

.....” (NR)

Sala da Comissão, em   de   de 2014.

Deputada SANDRA ROSADO

Relatora